

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM PORTO NACIONAL - TOCANTINS: REALIDADE OU APENAS TEORIA?

SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICES IN PORTO NACIONAL - TOCANTINS: REALITY OR JUST THEORY?

Tays Dutra da Silva
tays.dutra@mail.uft.edu.br

Neila Nunes de Souza
neilasouza@mail.uft.edu.br

Resumo

Esse trabalho visa investigar a abordagem educacional voltada para uma educação inclusiva destinada a estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento, especificamente, no que se refere ao Transtorno do Espectro Autista com psicose infantil e crianças com Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade – TDAH, com dificuldade de aprendizagem. O objetivo é compreender como as práticas pedagógicas, a estrutura de apoio e as estratégias inclusivas são implementadas para promover o desenvolvimento e aprendizado desses estudantes. O levantamento de dados dessa investigação, com o objetivo de obter informações prévias referente ao atendimento educacional especializado, deu-se a partir de pesquisa bibliográfica, sendo esta, de fonte secundária, para análise dos estudos já realizados sobre esse tema por outros estudiosos a exemplo das autoras Mori e Cerezuela (2021) e por meio de entrevistas com professores responsáveis pelo atendimento especializado a estudantes com necessidades especiais da Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Dom Pedro II, de Porto Nacional – Tocantins, uma referência de prática da educação inclusiva, nesta cidade, principalmente, para a comunidade autista. Os estudos realizados foram relevantes para o entendimento sobre uma educação inclusiva, de fato e para ampliar as discussões entre a comunidade discente e docente, a respeito do direito a uma educação que proporcione oportunidades igualitárias a estudantes com necessidades especiais de aprendizado.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Necessidades educacionais especiais. Atendimento educacional especializado.

Abstract

This work aims to investigate the educational approach aimed at inclusive education aimed at students with Pervasive Developmental Disorders, specifically with regard to Autism Spectrum Disorder with childhood psychosis and children with Attention Deficit Hyperactivity Disorder – ADHD, with difficulty of learning. The objective is to understand how pedagogical practices, support structure and inclusive strategies are implemented to promote the development and learning of these students. The data collection for this investigation, with the objective of obtaining previous information regarding specialized educational services, was based on bibliographical research, this being a secondary source, for the analysis of studies already carried out on this topic by other scholars, such as by the authors Mori and Cerezuela (2021) and through interviews with teachers responsible for specialized assistance to students with special needs at Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Dom Pedro II, in Porto Nacional – Tocantins, a reference for the practice of inclusive education, in this city, mainly for the autistic community. The studies carried out were relevant to the understanding of inclusive education, in fact, and to expand discussions between the student and teaching community, regarding the right to an education that provides equal opportunities for students with special learning needs.

Keywords: Inclusive education. Special educational needs. Specialized educational service.

Introdução

O presente trabalho dispõe-se a investigar a abordagem educacional voltada para uma educação inclusiva destinada a estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento, especificamente, no que se refere ao Transtorno do Espectro Autista – TEA, com psicose infantil e crianças com Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade – TDAH, com dificuldade de aprendizagem.

O objetivo é compreender como as práticas pedagógicas, a estrutura de apoio e as estratégias inclusivas estão sendo implementadas nas escolas, em particular a Escola Estadual Girassol De Tempo Integral Dom Pedro II de Porto Nacional, objeto de nosso estudo, para promover o desenvolvimento e aprendizado desses estudantes.

O levantamento de dados dessa investigação, com o objetivo de obter informações prévias referente ao atendimento educacional especializado, deu-se a partir de pesquisa bibliográfica, sendo esta, de fonte secundária, para análise dos estudos já realizados sobre esse tema por outros estudiosos a exemplo das autoras Mori e Cerezuela (2021), não para que se esgote as considerações a respeito da inclusão, mas para que se evidencie novos caminhos que acrescentem aos dados já assinalados sobre essa prática. Essas autoras fazem uma análise sobre a trajetória da educação inclusiva; apresentam uma análise aprofundada de forma cronológica dos documentos legais que garantem os direitos igualitários, conquistados ao longo da história.

Esses documentos fundamentam e orientam a prática inclusiva no cenário internacional e nacional; discutem a importância de se ter políticas públicas que assegurem a educação especial e propõem que se analise os conceitos da teoria histórico-cultural como algo que irá contribuir para o desenvolvimento do estudante no ambiente escolar.

As pesquisas bibliográficas, tomamos como objeto de estudo a Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Dom Pedro II, situada na Avenida Murilo Braga, Centro, com o intuito de sabermos como se encontra a educação inclusiva na Cidade de Porto Nacional - TO.

Para tanto, adotamos uma abordagem qualitativa, envolvendo a coleta de dados por meio de entrevistas com professores responsáveis pelo atendimento especializado aos estudantes com necessidades especiais desta unidade escolar (UE).

As informações colhidas nas entrevistas, objetivam expor elementos que nos levem a conhecer de que forma a educação inclusiva está sendo tratada em Porto Nacional, especificamente na UE abordada.

O resultado desse estudo, visa oferecer visões significativas sobre a abordagem na educação especial voltadas para os Transtornos Globais do Desenvolvimento, Transtornos do Espectro Autista, Psicose Infantil e crianças com Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade – TDAH, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento de práticas inclusivas mais eficazes, evidenciando a contribuição dos Profissionais de Apoio e sua Formação Continuada, as características no contexto do Espectro Autista e com TDAH, dificuldades de aprendizagem, além de avaliar as Políticas de Inclusão e Educação Especial no Brasil, mais precisamente, nessa UE, avaliando a eficácia de um Atendimento Pedagógico Individualizado.

O atendimento educacional especializado em Porto Nacional - Tocantins: realidade ou apenas teoria?

Um breve percurso pela trajetória da educação inclusiva

Antes de entendermos como se encontra o atendimento educacional especializado em Porto Nacional - Tocantins, precisamos compreender o que é educação inclusiva e conhecer um pouco de sua trajetória.

A sociedade brasileira é caracterizada por excluir e segregar as pessoas. Entretanto, nos

últimos anos, os diversos setores da nossa sociedade têm discutido o tema inclusão social nos diferentes contextos, e principalmente na área da educação. Para entendermos o que é Educação inclusiva, é necessário, primeiramente, compreender o termo “incluir”. Essa palavra significa adicionar algo, juntar uma coisa à outra.

Dessa forma, educação inclusiva, significa que todos os estudantes, independentemente de suas limitações físicas ou intelectuais, possam frequentar as mesmas escolas, sendo tratados com igualdade e equidade e que recebam uma educação de qualidade, fazendo com que todos possam ter oportunidades de aprendizado de forma igualitária. Ou seja, a escola deve proporcionar atendimento especializado à todas as pessoas com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, nas mesmas salas de ensino regular. Contudo, para que seja possível incluir essas pessoas nas escolas, é necessária uma ação conjunta entre as áreas da educação, do poder público e da sociedade em geral.

Para Saviani (2003, p. 88) “[...] a importância política da educação reside na sua função de socialização do conhecimento.” (apud CEREZUELA; MORI, 2021, p. 18). Mas como assegurar que todos tenham acesso ao conhecimento, independente das limitações de cada pessoa, diante do cenário excludente, como é o caso do Brasil? Para isto, é necessário a intervenção do Estado, por meio de ações e leis que garantem o direito de todos.

Ao percorrermos os caminhos da educação especial, nos deparamos com quatro fases que perpassam as tentativas de implementação de uma educação especializada aos estudantes com necessidades especiais: primeira fase: da exclusão; segunda fase: da segregação; terceira fase: da integração; e, quarta fase: da inclusão.

A primeira fase foi caracterizada como a da exclusão social, pois aquelas pessoas que apresentassem qualquer anomalia, seja física, sensorial ou intelectual, eram colocadas à margem da sociedade, por se acreditar que elas não teriam nenhuma serventia. Jiménez (1997) ressalta que:

esta época era determinada pela ignorância e total rejeição ao diferente e que o infanticídio era comum quando notava uma anormalidade nas crianças. A falta de conhecimento científico para explicar as anomalias físicas, sensoriais e intelectuais levava à busca da compreensão na religião e na mitologia (JIMÉNEZ, apud CEREZUELA; MORI, 2021, p. 20).

A segunda fase, foi um pontapé inicial para uma educação especial, marcada por um período de institucionalização do ensino a pessoas com alguma anomalia. Porém, essa fase, também ficou conhecida como a da segregação, pois, apesar de a sociedade demonstrar uma preocupação em relação ao atendimento as pessoas com deficiências, a solução encontrada, com a justificativa de proteger as pessoas consideradas “anormais”, as afastava cada vez mais do convívio daquelas intituladas normais” e mascarava o real objetivo que era a discriminação e a segregação:

Imperava a ideia de que era preciso proteger a pessoa normal da não normal, ou seja, esta última era considerada como um perigo para a sociedade; também acontecia o inverso: considerava-se que era preciso proteger o deficiente dessa sociedade, a qual só lhe poderia trazer danos e prejuízos. O resultado de ambas as concepções vem a ser o mesmo: separa-se o deficiente, segrega-se [...]. **Abrem-se escolas fora das povoações**, argumentando que o campo lhes proporcionaria uma vida mais saudável e alegre. Desta maneira tranquiliza a consciência colectiva [Sic], pois estava a proporcionar cuidado e assistência a quem necessitava, protegendo o deficiente da sociedade sem que esta tivesse de suportar seu contato (JIMÉNEZ, 1997, p.22-23 apud CEREZUELA; MORI, 2021, p. 23 – grifo da escritora).

A terceira fase a da integração, começa a galgar caminhos daquilo que podemos considerar mais adequado e humano para uma educação especializada, permitindo que pessoas com deficiências

ficassem mais próximas das outras consideradas “normais” e também reforçava que crianças com necessidades especiais tinham direito a uma educação adequada em escolas de ensino regulares. Contudo essa fase também apresentava alguma deficiência no modelo de educação proposto:

A ideia integradora, apesar de ser um avanço no processo histórico, apresentava outro equívoco que a sociedade agrega em sua dívida para com a população com necessidades especiais, a de ‘aceitar’ a sua existência como diferente e permitir que conviva em um mesmo contexto social, oferecendo os mesmos benefícios e oportunidades de uma vida ‘normal’. (CEREZUELA; MORI, 2021, p. 30-31).

A quarta fase, denominada da fase da inclusão, é um melhoramento da fase da integração, em que os movimentos sociais perceberam que algumas propostas eram válidas e podiam ser aprimoradas. Por exemplo, os estudantes com necessidades especiais conseguiram se inserir em uma escola regular, no entanto, não havia uma adaptação condizente para que esse estudante pudesse, de fato se sentir incluído no ambiente escolar, tão menos, havia condições para o seu aprendizado:

Para Mantoan (2003) a fase da integração compreendeu a inserção dos estudantes em um contexto sem que exigisse às modificações dessa estrutura e práticas pedagógicas para o estudante se interagir, de fato. Ao contrário, era o indivíduo que deveria se esforçar para acompanhar e se adequar à realidade escolhida. A ideia e o valor da inclusão, em contraponto, pressupõem uma transformação substancial na forma que estava em desenvolvimento. Para o processo inclusivo, a segregação das modalidades de ensino deve ser extinta, tornando-as um único sistema educacional (CEREZUELA; MORI, 2021, p. 32-33).

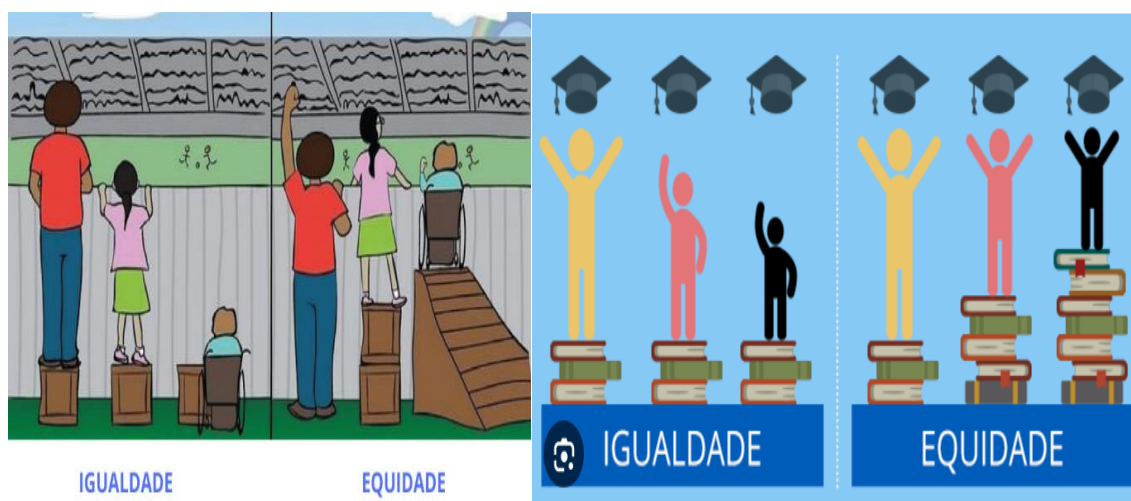
O direito à educação das pessoas com necessidades especiais e os documentos legais da inclusão

Apesar de recente, mais precisamente a partir da última década do século XX, há uma grande preocupação com a garantia dos direitos das pessoas com necessidades especiais à uma educação especializada, baseada no direito à igualdade.

No Brasil, por exemplo, esse direito consta em todas as Constituições. Contudo, é importante lembrar o que ressaltou Aristóteles (2001, p.139), “que a igualdade consiste em tratar ‘igualmente os iguais e desigualmente os desiguais’”. (apud CEREZUELA; MORI, 2021, p. 40).

Atualmente, o termo mais usado é equidade, isto é, a garantia de que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades considerando suas diferenças, como ilustrado na figura 1:

Figura 1: Igualdade X Equidade



Fonte: Imagem tirada da internet: <https://www.google.com/search?q=imagem+sobre+equidade>.

No Brasil, a Constituição Federal (CF) e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), estão entre os documentos legais que regem e orientam a educação em nosso país, assim como asseguram o direito a educação das pessoas com algum tipo de necessidade especial. Cerezuela e Mori não se limitam a uma mera exposição dos documentos, mas desdobram as implicações práticas de cada um, estabelecendo uma conexão direta entre a legislação e sua influência nas políticas e práticas inclusivas, além de destacar os desafios enfrentados na implementação dessas políticas. As autoras ressaltam que a disparidade entre a legislação e a prática é uma questão complexa, demandando uma reflexão constante sobre como transformar os princípios estabelecidos em ações efetivas nas salas de aula.

A preocupação com a inclusão de pessoas com necessidades especiais na vida escolar, gera uma busca por práticas pedagógicas que possam, de fato, garantir o atendimento a esses estudantes. Dentre os documentos que regem a educação especial no Brasil, temos a CF, que diz no Art. 208, inciso III: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988, p. 138 apud CEREZUELA; MORI, 2021, p. 42). Temos também a Lei 9.394 de 1996, que no artigo 4º, inciso III dispõe: “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013, apud CEREZUELA; MORI, 2021, p. 42).

Alguns documentos internacionais contribuíram para o resultado final a nossa CF e da LDB, entre eles podemos destacar a Declaração de Sunderberg de novembro de 1981, no Art. 1º “Toda pessoa com Deficiência deverá exercer seu direito fundamental de ter acesso à educação, ao treinamento, à cultura e à informação”. (CEREZUELA; MORI, 2021, p. 43) e a Declaração de Salamanca de junho de 1994, que:

propõe ações efetivas para a concretização da inclusão de pessoas com necessidades especiais dentro do sistema regular de ensino, as quais englobam, desde a reestruturação do processo pedagógico do ensino regular, até a capacitação dos profissionais escolares, além da estrutura especializada para apoio. (CEREZUELA; MORI, 2021, p. 45)

Mais recente temos a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, ou como ficou conhecida “Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira da Inclusão”. Essa lei é importante, dentre outras coisas, porque trata do acesso e da permanência às escolas públicas ou privadas com qualidade e equidade.

Outro ponto dessa lei que merece nossa atenção é a preocupação com a produção científica, no sentido de realiza pesquisas que possam cada vez mais contribuir para a identificação de fatores e/ou elementos que dificultem a concretização dos direitos das pessoas com necessidades especiais:

[...] É criado o Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão), registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações georreferenciadas que permitam a identificação e a caracterização socioeconômica da pessoa com deficiência, bem como das barreiras que impedem a realização de seus direitos (Brasil, 2015, p. 7 apud CEREZUELA; MORI, 2021, p. 65).

As autoras traçam um panorama abrangente dos marcos legais que constituem a base da inclusão escolar, mas ressalta que, para o estabelecimento dos princípios, direitos e deveres norteadores das práticas educacionais inclusivas em todo o país, é necessário que haja mudanças, tanto sociais, quanto econômicas e culturais e afirma: “A legislação exerce papel importante, mas não conclusivo, nesta seara, sua efetivação depende de uma série de mudanças sociais, econômicas e culturais, e em sua contradição é decorrente também de mudanças econômicas e sociais” (CEREZUELA; MORI, 2021, p. 66).

A Educação especial e as Políticas públicas

A educação especial vem ganhando, cada vez mais visibilidade, especialmente a partir das últimas décadas, no âmbito das Políticas Públicas, com o intuito de assegurar o acesso e a permanência de estudantes com necessidades especiais. As autoras Rodriquero e Garcia compartilham da mesma opinião de Mazzota (1982, p. 23), ao considerar a Educação Especial, “[...] um desafio aos educadores para encontrar caminhos e meios, estabelecer uma política de ação e criar facilidades para a provisão de recursos educacionais apropriados a todos os educandos”. (apud CEREZUELA; MORI, 2021, p.71). As políticas públicas são o elo vital que traduz os princípios legais em práticas tangíveis ou que enfrenta desafios na implementação.

Essas autoras partem de uma retrospectiva sobre a história da educação especial no Brasil para mostrar como a essa modalidade de educação foi se implementando em nosso país. Para tanto, elas consideram os dois marcos temporais feitos por Mazzota, no que diz respeito a evolução da Educação Especial no Brasil: o primeiro marco vai de 1854 a 1956 e o segundo marco, compreende os anos de 1957 a 1993.

No primeiro período, a preocupação com a educação especial, foi discutida de forma isolada e particular, com criações importantes de institutos, voltados mais precisamente para cegos, surdos e mudos:

a criação do Instituto dos Meninos Cegos em 1854 na cidade do Rio de Janeiro, denominado Instituto Benjamin Constant (IBC) a partir de 1891; em 1857, também no Rio de Janeiro, a fundação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, que, cem anos mais tarde, em 1957, passou a ser denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), instituto que, desde o início priorizou a “[...] a educação literária e o ensino profissionalizante de meninos surdos-mudos com idade entre 07 e 14 anos” (Mazzotta, 2005, p. 29); em 1929 na cidade de Campinas/SP, a fundação do Instituto Santa Terezinha, destinado ao atendimento de deficientes auditivos. Destaca-se, também nesse período, a criação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs): no Rio de Janeiro no ano de 1954; em Volta Redonda em 1956; em São Lourenço/Goiânia/Niterói/Jundiaí/João Pessoa e Caxias do Sul em 1957; em Natal, 1959; em Muriaé, 1960; e, em São Paulo em 1961. Há ainda a fundação do Instituto Pestalozzi no Rio Grande do Sul em 1926, que foi transferido para Canoas em 1927, funcionando “[...] como internato especializado em atendimento de deficientes mentais”, em 1935 foi fundado o Instituto Pestalozzi em Belo Horizonte; no Rio de Janeiro em 1948; e em São Paulo em 1952. (CEREZUELA; MORI, 2021, p.72)

Já no segundo período, as discussões ganham caráter oficial e abrangência nacional, com

criações de campanhas que respeitavam cada tipo de deficiência:

a primeira foi a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (CESB), instalada no INES, no Rio de Janeiro, com o objetivo de promover meios e medidas necessárias à educação e à assistência ao surdo em todo país; em seguida, a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, também no Rio de Janeiro, vinculada ao IBC. Esta última campanha, no ano de 1960, após algumas modificações, passou a subordinar-se ao Gabinete do Ministro da Educação e Cultura com a denominação de Campanha Nacional de Educação de Cegos (CNEC); ainda em 1960, influenciada por movimentos liderados principalmente pela Sociedade Pestalozzi e APAE, ambas do Rio de Janeiro, foi instituída a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME), com a finalidade de "[...] promover, em todo território nacional, a educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo [...]" (Mazzotta, 2005, p. 52, apud CERZUELA; MORI, 2021, p.73)

Nesse segundo período, a década em que a Educação Especial esteve mais evidente foi a de 1970, isso porque ocorreu a criação de grandes centros, instituições e órgãos voltados a integração do atendimento especializado à educação regular:

A década de 1970 é considerada, de acordo com Januzzi (2006, p.137), como de grandes acontecimentos, os quais colocaram a área da Educação Especial em evidência. Ocorreu a criação do Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), no governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), por meio do Decreto n. 72.425 de 03 de julho de 1973. O Cenesp, vinculado diretamente ao MEC, foi criado com o objetivo de definir metas governamentais específicas e promover uma ação mais efetiva, organizar o que já era realizado pela sociedade em termos de atendimento especializado de modo mais ou menos integrado à educação regular (CERZUELA; MORI, 2021, p.73).

Outra década importante para a educação especial foi a de 1980, quando em 1988, tivemos a promulgação da nova Constituição Federal, estabelecendo entre outras coisas que:

o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de "[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino" (Brasil, 2005), em sintonia com um dos objetivos fundamentais da carta magna que é "[...] promover o bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". Estes princípios contidos na Constituição Federal sinalizam a implantação de uma educação inclusiva no Brasil (Brasil, 2005)". (CERZUELA; MORI, 2021, p.76).

Como já citado, no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9394/96, é um dos principais documentos reguladores da educação em nosso país. O Título III, Art. 4º, Inciso III, dessa lei, defende o:

"[...] atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino" (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013, apud CERZUELA; MORI, 2021, p.78)

Outro ponto de preocupação em relação a implementação, de fato, da educação inclusiva, é a capacitação do corpo docente que atenderá os educandos com necessidades especiais. Essa preocupação é vista da seguinte forma no documento Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs:

O que se afigura de maneira mais expressiva ao se pensar na viabilidade do modelo de escola inclusiva para todo o país no momento, é a situação dos recursos humanos, especificamente dos professores das classes regulares, que precisam ser efetivamente capacitados para

transformar sua prática educativa. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente (Brasil, 1998, p. 17, apud CEREZUELA; MORI, 2021, 80-81)

Dentre as medidas adotadas para a concretização da educação inclusiva, destaca-se também o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que entra em vigor em 2007, apresentando as seguintes prioridades:

69

[...] a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC (Brasil, 2010b, p. 15, apud CEREZUELA; MORI, 2021, p. 86)

Pautados, nesses e em outros documentos, podemos avaliar que é cada vez mais intenso os encaminhamentos para a efetivação da educação inclusiva, e isso se dá por acreditar que todas as pessoas têm direito à educação em sua totalidade, e é dever da escola e toda sociedade assegurar que todos recebam as mesmas condições de aprendizagem para desenvolvimento individual, levando em consideração os “aspectos cognitivos, afetivos e morais” de cada um.

A inclusão escolar e os fundamentos da teoria histórico-cultural

Partindo do pressuposto pela Teoria Histórico-Cultural de que “todo homem é um ser histórico e social”, uma vez que ele é parte de uma sociedade e carrega consigo seus costumes e cultura que o ajuda a ser quem é, entende-se que o espaço educacional, deva, portanto, fazer parte do cotidiano de todo cidadão, inclusive daqueles com necessidades especiais, por acreditarmos que esses espaços possam promover o desenvolvimento dessas pessoas com práticas inclusivas.

As autoras Dambros, Hessmann e Fellini, tomam como base os princípios de Mediação cultural e social de Vygotsky, que considerava que o desenvolvimento cognitivo sofria grande influência da interação social e do contexto histórico. Portanto, pensar a inclusão escolar requer estratégias educacionais que promovam a colaboração, a interação e a mediação cultural no processo de aprendizagem na construção do conhecimento.

Dentro desse contexto, acreditamos que a educação possa promover a humanização das pessoas e os caminhos para se alcançar essa humanização passa pela apreensão do desenvolvimento histórico-cultural, como destaca Leontiev (1978): “o homem não nasce dotado das aquisições históricas adquiridas por gerações anteriores, mas essa apropriação acontece a partir da relação com o mundo e a mediação com o outro.” (apud CEREZUELA; MORI, 2021, p. 108)

Ao trazer para a discussão da educação inclusiva, a Teoria Histórico-Cultural, essas autoras, tem o objetivo de destacar a importância dessa teoria para se pensar numa inclusão de forma humanizante e qualitativa dos educandos com necessidades especiais. Nesse sentido, é importante que se leve em consideração alguns princípios: compensação e supercompensação, mediação, funções psicológicas superiores (FPS) e apropriação de conceitos.

O princípio da compensação e da supercompensação, significa entender que, embora todas as pessoas tenham a mesma capacidade para o desenvolvimento, o tempo e a forma como essas pessoas se desenvolvem são particulares de cada um. Portanto, é primordial que o professor conheça as deficiências e as potencialidades de seus estudantes para disponibilizar recursos e estratégias, de forma a compensar as dificuldades de cada um.

A Mediação possui papel indispensável no processo de aprendizagem. Isto é, o ato de ensinar (professor) e aprender (estudante) é promovido por meio da mediação. De acordo com Vygotsky, as pessoas se desenvolvem interagindo um com o outro. Dessa forma, o processo de aprendizagem dos educandos se dá pela interação professor-estudante, em que o professor exerce o papel de mediador

do conhecimento.

Segundo Vygotski (2000, p. 150, apud CEREZUELA; MORI, 2021, p.116), as funções psicológicas superiores (memória, percepção e pensamento) se eliciam de duas formas: por meio do social e do psicológico. Ou seja, o social, das relações entre as pessoas e o psicológico, da internalização dos conceitos adquiridos dessas relações. Entende-se, portanto, que todas as pessoas necessitam interagir com o outro para se desenvolver. Nesse sentido, acreditamos que o espaço escolar é essencial para o desenvolvimento das pessoas com necessidades especiais, e antes de tudo, um direito dessas pessoas.

Em relação à apropriação de conceitos, existem os conceitos espontâneos e os científicos. Esses conceitos possuem diferentes formas de apreensão. Os conceitos espontâneos são adquiridos em meio a contextos, e não necessariamente tem relação com o significado das coisas. Por sua vez, os conceitos científicos, apoiam-se nos conceitos espontâneos e quanto mais a criança avança no ensino escolar, mais eles se consolidam, fortalecendo o desenvolvimento intelectual do indivíduo.

As complexidades envolvidas nos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD)

O espectro autista é uma condição complexa que afeta a maneira como uma pessoa percebe o mundo e interage com os outros. Quando combinado com psicose infantil, torna-se ainda mais desafiador para as pessoas que vivenciam essa condição. A compreensão e o suporte adequado para indivíduos com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) são fundamentais para garantir sua inclusão e participação na educação e na sociedade.

Dentre os estudantes com necessidades especiais, atendidos pela Escola Dom Pedro II, 10 (dez) apresentam o Espectro Autista e 5 (cinco) possuem dificuldades de aprendizagem, ou seja, são crianças com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH. Para compreender quais as características desses transtornos e como agem as pessoas que possuem esse diagnóstico, recorreremos ao Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5 (American Psychiatric Association, 2014). Essa obra oferece critérios para o diagnóstico e traz orientações clínicas essenciais.

De acordo com o DSM-5 (2014), o Espectro Autista é caracterizado por déficits persistentes na comunicação social e interação social, associados a padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. A psicose infantil nesse contexto adiciona uma dimensão desafiadora, pois amplia a compreensão das manifestações clínicas, abrindo espaço para uma avaliação mais holística das necessidades individuais. O manual destaca que é importante considerar o impacto desses sintomas no funcionamento global da criança.

Uma das características-chave do TEA, de acordo com o DSM-5 (2014), é a presença de déficits na comunicação social e na interação social. Por exemplo, a criança autista pode ter dificuldade em iniciar ou manter conversas, demonstrar dificuldade em compartilhar interesses, emoções ou afetos com outras pessoas, ou apresentar dificuldades em compreender e responder a pistas sociais. “[...] indivíduos com transtorno do espectro autista frequentemente apresentam deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual), e muitas crianças com transtorno (TDAH) apresentam também um transtorno específico da aprendizagem” (DSM-5, 2014, p.31)

Além disso, o DSM-5 (2014) enfatiza os padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, observados em crianças autistas. Isso pode incluir aderência inflexível a rotinas ou rituais específicos, interesses restritos e intensos em determinados tópicos, movimentos motores estereotipados e maneirismos peculiares. O manual também destaca a importância da avaliação abrangente para diagnosticar o TEA e ressalta que as manifestações dos sintomas podem variar amplamente de uma criança para outra.

Atendimento educacional especializado em Porto Nacional - Escola Estadual Girassol De Tempo Integral Dom Pedro II

A fim de verificarmos como as propostas de educação inclusiva estão sendo aplicadas na prática, tomamos como objeto de estudo a Escola Estadual Girassol De Tempo Integral Dom Pedro II, localizada no Centro de Porto Nacional. Essa escola foi o segundo grupo escolar, implantado na região norte de Goiás – atual estado do Tocantins, criado pelo Decreto nº 175, de 11 de junho de 1935. Atualmente é uma escola com educação em tempo integral, isto é, tem pelo menos uma turma com matrícula presencial de 420 minutos ou mais de duração de aula, sem considerar as atividades complementares.

Foram realizadas três visitas, nos dias 13, 18 e 20 do mês de dezembro de 2023, sempre no horário das 12:00 às 12:30h, pois o horário de intervalo dos estudantes era das 12 às 14:00h. Nessas visitas, entrevistamos a professora, que atua há 13 anos nessa unidade escolar e que também é responsável pelos estudantes do Programa Residência Pedagógica. As informações coletadas foram registradas de forma manual em um caderno e também foram feitos registros em fotografias.

Figura 2: Antiga fachada da Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Dom Pedro II (década de 1990) - Seduc/Governo do Tocantins X Fachada atual (década de 2010)



Fonte: Site da Secretaria da Comunicação do Estado do Tocantins / Foto de Pedro Jorge

A Escola Estadual Dom Pedro II, atualmente atende a 15 (quinze) estudantes diagnosticados com alguns tipos de necessidades especiais. Destes, 10 (dez) possuem o Espectro Autista e 5 (cinco) apresentam dificuldades de aprendizagem, ou seja, são crianças com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH. Há também outros estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem, porém, não foram diagnosticados, portanto, laudo médico. Contudo, a escola procura desenvolver um acompanhamento da mesma forma daqueles que possuem laudo. Os estudantes diagnosticados com o Espectro Autista, estão distribuídos nos três graus de severidade do transtorno. Alguns estão no nível 1, com dificuldade leve, outros no nível 2, com dificuldade moderada e tem aqueles que estão no nível 3, com dificuldade severa.

Visando atender as recomendações de implementação de uma educação inclusiva, as escolas, incluindo a Escola Dom Pedro II, passaram por mudanças em sua estrutura, entre outras coisas, a construção de rampas, para facilitar o acesso daqueles que possuem dificuldades de locomoção, linha guia, para os deficientes visuais e também uma Sala de Recursos Multifuncionais, equipada com o necessário para um atendimento especializado aos estudantes que necessitam de atividades especiais. Essa sala também é utilizada para as atividades alternativas dos estudantes que a frequentam no contraturno das turmas regulares.

O planejamento da Sala de Recursos ocorre nas segundas-feiras e quartas-feiras, nos dois períodos, sendo acompanhado pela coordenação pedagógica.

Figura 3 - Sala de Recursos Multifuncionais



Fonte: Fotografia tirada pela autora (2023).

A escola conta, em seu quadro funcional, com 7 (sete) profissionais para o atendimento desses estudantes, de acordo com o grau de deficiência de cada um. Vale ressaltar, que esses profissionais não possuem uma especialização formal para esse tipo de atendimento. São pessoas, em sua maioria com apenas o Ensino Médio, que são contratados como monitores/auxiliares para prestação desse serviço. Contudo, a escola oferece uma formação continuada a esses profissionais, para que eles possam atender minimamente esses estudantes.

Trata-se de orientações por meio de textos e vídeos, voltados para atendimento educacional especializado. Além disso, a escola recebe estudantes universitários, participantes do Programa Residência Pedagógica da Universidade Federal do Tocantins – UFT, que acompanham e auxiliam esses estudantes na realização de suas tarefas.

Figura 4: estudantes recebendo acompanhamento individualizado pela pesquisadora universitária da UFT.



Fonte: Fotografia tirada por Garleani Carvalho (2023).

O acompanhamento aos estudantes com dificuldades de aprendizagem, ocorre tanto de forma individualizada, quanto em grupo. Depende do grau de dificuldade de cada um. Por exemplo, os estudantes diagnosticados com grau de severidade 1 do Espectro Autista ou com TDAH acelerado, ficam sob a responsabilidade de um único monitor.

Seguindo a proposta de que os estudantes com necessidades especiais, devem ser matriculados e inseridos na rede de ensino regular e frequentar as mesmas salas de aula dos demais estudantes,

esses estudantes neuro-diversos, estudam regularmente com os demais estudantes e no contraturno, durante 02 (duas) vezes por semana, com duração de 01 (uma) hora, eles participam de aulas de reforços, com atividades direcionadas a atender, de forma particular as especificidades de cada um. Eles também recebem mais um reforço com os estudantes do Residência Pedagógica duas vezes na semana, com duração de 30 minutos.

Considerações Finais

73

Embora o atendimento educacional especializado, de forma gratuita, aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, seja uma preocupação de grande parte da sociedade e o Brasil possuir documentos legais que assegurem esse tipo de educação, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases e a Lei Brasileira da Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a implementação, de fato, ainda não aconteceu. Sabemos que essa implementação não é um processo fácil e não se dará de forma espontânea. Esse processo exigirá esforços de toda a sociedade e acima de tudo do poder público. As escolas precisam passar por mudanças que vão além do estrutural. É necessário que haja uma formação qualificada de toda a comunidade escolar, que vai desde o professor até o porteiro.

Como vimos nos estudos realizados, a educação inclusiva é tema de extrema importância e, de uma forma ou de outra, discutida pelos diversos setores da nossa sociedade. Na tentativa de solucionar o problema, isto é, de incluir todas as pessoas, “normais” e “anormais”, na educação, passamos por quatro fases, umas com soluções inaceitáveis, outras apresentando alguns pontos positivos. A primeira fase ficou conhecida como a fase da exclusão social, pois as pessoas com qualquer tipo de anomalia, física, sensorial ou intelectual, eram consideradas sem nenhuma serventia e colocadas à margem da sociedade. A segunda fase, a da segregação, foi um pontapé inicial para uma educação especial, marcada pela institucionalização do ensino a pessoas com alguma anomalia. Porém, a solução encontrada, a construção de escolas fora das povoações, para proteger as pessoas consideradas “anormais”, afastava cada vez mais do convívio daquelas ditas “normais”. Na terceira fase, a da integração, começamos a galgar caminhos daquilo que podemos considerar mais adequado e humano para uma educação especializada. Permitia que pessoas com deficiências ficassem mais próximas das outras consideradas “normais” e também reforçava que crianças com necessidades especiais tinham direito a uma educação adequada em escolas de ensino regulares. Contudo essa fase apenas “aceitava” a existência dessas pessoas “diferentes” e permitiam a convivência delas com as demais pessoas. A quarta fase, denominada da fase da inclusão, é um melhoramento da fase da integração, em que os movimentos sociais perceberam que algumas propostas eram válidas e podiam ser aprimoradas. Por exemplo, os estudantes com necessidades especiais conseguiram se inserir em uma escola regular, no entanto, não havia uma adaptação condizente para que esse estudante pudesse, de fato se sentir incluído no ambiente escolar, muito menos havia condições para o seu aprendizado.

Em que fase se encontra hoje, então, a educação inclusiva? A nomenclatura e as discussões dizem que está na fase da inclusão. Mas, as situações experienciadas neste estudo e nos estágios obrigatórios, nos mostram que ainda estamos com o pé, quem sabe o corpo todo, na fase da integração, pois apesar, dos estudantes com necessidades especiais estarem na mesma sala de aula de ensino regular, em sua maioria, eles possuem um monitor que o acompanham durante as aulas, porém, parece que esse estudante é invisível aos olhos do professor responsável por aquela sala. A ideia que se tem é que esse estudante não faz parte daquela turma, não é de sua responsabilidade, apenas está ali ocupando o mesmo espaço.

A Escola Estadual Girassol De Tempo Integral Dom Pedro II, objeto desse estudo, apresenta alguns pontos positivos relacionados ao atendimento educacional especializado, como o uso de metodologias, centradas nas necessidades especiais de cada estudante, procurando atender as exigências dos documentos legais, mas principalmente, por entender que é essencial oferecer uma

educação de qualidade a todos os cidadãos, incluindo aqueles com transtornos globais do desenvolvimento. Contudo, há muito a ser melhorado. Como relatado, os profissionais contratados para acompanhar os estudantes com necessidade especiais, não possuem formação especializada para esse tipo de atendimento, alguns apenas com o grau de escolaridade do Ensino Médio.

Como podemos perceber, ainda há muito a se avançar. Pois ter o estudante com necessidade especial no mesmo espaço físico que os demais estudantes, não significa que ele estará incluído. A inclusão, só ocorrerá, de fato, se proporcionarmos uma educação de qualidade, onde todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem, considerando as particularidades de cada um. Ou seja, conseguimos que as pessoas com necessidades especiais sejam matriculadas nas escolas. Vencemos a primeira etapa. Agora precisamos vencer a segunda: disponibilizar professores qualificados para um atendimento educacional especializado, buscar meios da escola cumprir sua função, a de educar, por meio de atividades planejadas e deliberadas. É importante destacar que a inclusão não se limita apenas ao ambiente escolar, mas também envolve a participação da família e da comunidade. A parceria entre escola e familiares são importantes para o processo de desenvolvimento da criança com necessidades especiais.

Todavia, não podemos deixar de ressaltar que a Escola Estadual Girassol De Tempo Integral Dom Pedro II, tem se mostrado promissora, nos avanços para uma educação inclusiva. Mesmo seus professores não tendo formação especializada, a escola mostra que está comprometida em capacitar sua equipe para oferecer um atendimento especializado de qualidade. Também, não podemos deixar de pontuar a contribuição desses profissionais para o crescimento emocional desses estudantes, como relata a professora que atua há 13 anos na escola Dom Pedro II. A docente nos informa que dois dos estudantes autistas, no início, não conseguiam se comunicar/interagir com os professores e com os colegas. Foi um período complicado, pois eles precisavam de ajuda até mesmo nos momentos de higiene pessoal, e a falta de interação dificultava o auxílio a eles. Foi um processo longo e lento, mas com paciência os professores foram quebrando as barreiras e hoje eles conseguem interagir e brincar com professores e colegas de sala de aula, além de realizar a higiene pessoal sozinhos.

Este artigo procurou apresentar um panorama referente a educação inclusiva de um modo geral e em especial, na cidade de Porto Nacional, no contexto da Escola Estadual Girassol De Tempo Integral Dom Pedro II vem lidando com o atendimento educacional especializado. No entanto, é necessário reconhecer que este estudo apresenta limitações, incluindo a natureza específica da amostra e a restrição à generalização dos resultados. Futuras pesquisas poderiam explorar outras perspectivas e incluir uma análise mais ampla de diferentes contextos educacionais. Contudo, os resultados fornecem subsídios valiosos para educadores, gestores escolares e pesquisadores que buscam promover uma educação inclusiva e adaptativa para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades específicas, além de oferecer uma compreensão sobre os desafios enfrentados e as oportunidades para a efetivação de educação inclusiva.

Referências

CEREZUELA, Cristina; MORI, Nerli Nonato Ribeiro (organizadoras). **Inclusão e educação especial na educação básica**: um estudo nas cinco regiões brasileira. Maringá: Eduem, 2021.

DSM-5, Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. - 5. ed. - Dados eletrônicos. - Porto Alegre: Artmed, 2014.

Recebido para publicação em outubro de 2024.

Aprovado para publicação em março de 2025.